

RCD no HABEAS CORPUS Nº 547.050 - RJ (2019/0349512-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : **WILSON CARLOS CORDEIRO DA SILVA CARVALHO**
(PRESO)
ADVOGADOS : **EDUARDO DAMIAN DUARTE** - RJ106783
DIEGO FERNANDES DO VALLE - RJ185642
PEDRO DE ALBUQUERQUE E SÁ - RJ185608
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho ingressa com pedido de reconsideração da decisão de fls. 1.889/1.990, pela qual indeferi o pedido liminar formulado nestes autos.

Alega o requerente que, em virtude da pandemia da Convid - 19 (coronavírus), o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Recomendação n. 62, determinando a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção. Afirma que está preso desde novembro/2018 e o crime que lhe é imputado, corrupção ativa, não se consuma com violência ou grave ameaça, situação prevista na referida Recomendação do CNJ para avaliação da possibilidade de substituição da prisão.

Sustenta que já conta com mais de 50 anos de idade e está custodiado em complexo penitenciário composto por 25 unidades prisionais (fl. 2055), além de ser hipertenso (grupo de risco Covid-19) - fl. 2.091.

Requer a reconsideração da decisão para que seja determinada a revogação da prisão.

É o relatório.

Verifica-se dos autos que o requerente foi denunciado como incurso no art. 333, parágrafo único (ao menos 47 vezes, na forma do art. 71), do CP (Denúncia n. 00569795020188190000).

Aponta-se na impetração a ausência de fundamentação concreta para a

determinação de prisão do réu, além do excesso de prazo, pois estaria preso há mais de 376 dias, não existindo a necessária contemporaneidade entre as razões que determinaram a prisão e a situação atual.

Como afirmei quando do indeferimento da medida liminar, esclarece a decisão impugnada que o ora requerente, embora não mais ocupe cargo público desde 2014, sabidamente tentou interferir nas investigações e no desenrolar da ação penal, além de ser intermediário, cooptador de mais associados e encarregado de receber a propina em espécie, com poderes de ocultação e dissimulação, sendo certo que sua soltura poderia facilitar a ocultação dos recursos desviados que ainda estejam nas contas da quadrilha dentro do Brasil e no exterior (fl. 64).

Quanto ao excesso de prazo, a decisão de fls. 1.889/1.890 demonstra que o tema não foi ainda analisado no Tribunal de origem e, de plano, não ficou evidenciado, observada a complexidade da ação penal em tela, bem como que já foi indeferido o pedido de extensão formulado pelo ora requerente nos autos do HC n. 484.586/RJ, constatada a ausência de identidade fático-processual entre a sua situação e a do corréu beneficiado com a liminar no referido processo.

Entretanto, não se pode olvidar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou

Superior Tribunal de Justiça

que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

No caso, o requerente também demonstra ser portador de hipertensão, fator possivelmente complicador do quadro decorrente de eventual contaminação pelo vírus Covid-19.

Diante desse cenário, é preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 1.889/1.990 e **defiro** o pedido liminar para, salvo prisão por outro motivo, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao requerente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Tribunal de origem, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Solicitem-se informações à autoridade coatora.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator